

Relatório de Participação da Assembleia da República na LXVII reunião plenária da COSAC - Dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da União Europeia (3 a 5 de março de 2022)

I. ENQUADRAMENTO

Nos termos do [Regulamento](#) da COSAC (ponto 2.1), «Será organizada uma reunião plenária da COSAC durante cada Presidência, tendo em conta as diferentes práticas parlamentares dos Estados-Membros, os períodos eleitorais e os dias feriados dos Estados-Membros. (...)»

O Parlamento francês organizou, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da União Europeia (UE), entre os dias 3 e 5 de março de 2022, a LXVII reunião da COSAC¹, em formato presencial. Esta reunião plenária contou com a participação dos Parlamntos nacionais da UE, do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamntos dos países candidatos à UE (Albânia, Montenegro, República da Macedónia do Norte e Turquia) e dos Parlamntos de Malta Noruega, Suíça, Reino Unido, Geórgia, Islândia, Mónaco, Kosovo e Andorra, conforme consta da [lista de participantes](#).

A Delegação da Assembleia da República foi composta pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), Deputada Isabel Oneto (PS), Deputado Pedro Cegonho (PS), Deputada Isabel Meirelles (PSD), Deputado Paulo Moniz (PSD) e Deputado Bruno Dias (PCP).

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto das instituições da UE, Catarina Ribeiro Lopes e pela assessora parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus, Ana Montanha.

II. DA REUNIÃO DA LXVII COSAC

Do [programa da reunião](#), constavam os seguintes pontos:

SESSÃO DE ABERTURA

Abriu a sessão a Vice-Presidente da Assembleia Nacional francesa, Laetitia SAINT-PAUL, que, no âmbito do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, manifestou solidariedade com o povo ucraniano e aludiu ao reforço das sanções contra a Rússia e ao envio de armas e de material militar. Relativamente às prioridades da Presidência francesa, sublinhou «uma Europa estratégica ao serviço dos cidadãos» com enfoque na soberania económica e na política de defesa. Neste contexto, destacou a Conferência de Presidentes de Comissões sobre as políticas europeias ao serviço dos cidadãos, agendada para os dias 20 e 21 de março em Vale do Loire, a qual incidiria sobre a diversidade dos territórios europeus e a melhor forma de os promover, as especificidades das agriculturas europeias, a defesa dos produtos agrícolas e géneros alimentícios de Denominação de Origem Protegida (DOP); a herança

¹ Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamntos da União Europeia

cultural das áreas rurais; e a perspetiva do desenvolvimento do turismo sustentável para estas áreas.

Sabine THILLAYE, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional francesa, destacou o papel da COSAC enquanto fórum de diálogo e cooperação entre os parlamentos e na ligação com as instituições europeias. Apresentou o programa da reunião, sublinhando o aditamento de um ponto dedicado ao debate sobre o conflito na Ucrânia. Terminou, aludindo aos grupos de trabalho da COSAC criados no âmbito da Presidência francesa. Tomou a palavra Jean-François RAPIN, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, que destacou o reforço da ligação entre os Estados-Membros na defesa dos valores e na preservação da União e aludiu aos temas que seriam ali debatidos.

ADOÇÃO DA AGENDA DA REUNIÃO

A Presidente Sabine THILLAYE apresentou o projeto de [agenda](#) desta reunião, tendo a mesma sido adotada sem alterações.

ASSUNTOS PROCEDIMENTAIS E ASSUNTOS DIVERSOS

A Presidente Sabine THILLAYE apresentou os resultados da [reunião da tróica presidencial da COSAC](#), que decorreu no dia 3 de março, dando nota da adoção de uma [declaração sobre a Ucrânia](#), condenando a agressão àquele país, apelando à criação de corredores humanitários, ao cessar-fogo, ao fim dos ciberataques e invocando o apoio da UE no acolhimento de refugiados. Informou que a declaração havia sido distribuída a todas as delegações e que estava aberta à assinatura dos chefes de delegação. Anunciou, também, a decisão sobre a organização de uma visita ao Tribunal de Justiça da UE, no Luxemburgo, visando promover nomeadamente, a discussão sobre as identidades constitucionais nacionais. A Presidente referiu-se também às [cartas](#) recebidas pela Presidência, enviadas pelos Parlamentos de Andorra, Geórgia, Islândia, Kosovo, Noruega, Mónaco, Reino Unido e Suíça para participarem na reunião plenária da COSAC. Por fim, agradeceu aos Parlamentos os seus contributos para o [37.º Relatório Bianual da COSAC](#) e ao Secretariado da COSAC a sua preparação. Tomou a palavra o Membro Permanente do Secretariado da COSAC, Bruno Dias Pinheiro, que aludiu aos desafios na preparação do relatório devido ao reduzido prazo para a sua elaboração, agradecendo às delegações nacionais o envio atempado das respostas, bem como aos colegas do secretariado da COSAC o trabalho de análise e de redação de toda a informação. Explicou que o relatório se focou no papel dos Parlamentos nacionais, no Estado de direito e na Conferência sobre o Futuro da Europa, temas que considerou relevantes, não só para as discussões da presente reunião plenária da COSAC, como também para o trabalho dos dois grupos de trabalho criados no âmbito da Presidência francesa da COSAC, que se concentram também no envolvimento dos Parlamentos nacionais na Conferência sobre o Futuro da Europa. De seguida, apresentou os principais resultados do relatório em formato [vídeo](#).

SESSÃO I – Primeira Avaliação da Presidência francesa do Conselho da União Europeia

O Primeiro-Ministro de França, Jean CASTEX, enfatizou o papel e influência da COSAC no funcionamento democrático da UE, e a sua acrescida relevância no contexto atual de guerra

provocada pela invasão russa à Ucrânia. Neste contexto, ressaltou a atuação da Presidência francesa na coordenação de posições e tomada de decisões, em coesão com os seus parceiros e aliados. Destacou, também, o fornecimento de equipamento militar, a ajuda humanitária, e a ativação do mecanismo de solidariedade para prestar auxílio aos Estados-Membros que acolhem os refugiados, e deu nota da proposta da Presidência francesa de criar uma plataforma solidária para um equilíbrio de esforços no acolhimento de refugiados na Europa. De seguida, referiu-se às sanções que a UE impôs à Rússia e seus dirigentes, incentivando outros Estados, como a Suíça e o Reino Unido, a procederem no mesmo sentido. Explicou que, atendendo aos efeitos das sanções na economia europeia, seria necessária uma resposta unificada, para assegurar a proteção das empresas e dos empregos nos setores mais expostos à crise, assente nos valores da democracia, Estado de direito e liberdade. Insistiu no reforço da soberania da Europa, uma das prioridades da Presidência francesa, e à sua centralidade em áreas como a defesa, no combate às agressões dentro e fora do território europeu, explicando, neste contexto, o propósito da Bússola Estratégica. Afirmou que os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) irão promover um modelo económico mais forte e independente, incentivando o desenvolvimento de áreas como a energia, a indústria, a investigação, a saúde, o ambiente e o digital, dando nota que estas questões faziam parte da ordem de trabalhos da Reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo, a realizar-se nos dias 10 e 11 de março, em Versalhes. Por fim, considerou que agir com diplomacia e manter o diálogo até se alcançar um cessar-fogo constituía uma responsabilidade coletiva e que a reunião da COSAC demonstrava a importância da democracia parlamentar europeia.

No período de debate os intervenientes expressaram a sua solidariedade com o povo ucraniano e saudaram a posição assumida pela UE face à invasão (nomeadamente, Georgios KOUMOUTSAKOS, Parlamento grego). Manifestaram apoio à Presidência francesa (Susana SUMELZO, Congresso dos Deputados espanhol; Aurelijus VERYGA, Parlamento lituano; Evangelos-Vasileios MEIMARAKIS, Parlamento grego; Domagoj HAJDUKOVIC, Parlamento croata) e agradeceram o seu programa ambicioso (Markus TÖNS, *Bundestag* alemão; Ştefan MUŞOIU, Câmara dos Deputados romena), mas sublinharam que embora as questões estratégicas fossem, no momento atual, o foco principal não poderiam ser esquecidas todas as outras prioridades delineadas (Markus TÖNS).

Aludiu-se, também, à Bússola estratégica (Markus TÖNS; Sergio BATELLI, Câmara dos Deputados italiana); à necessidade de proteger as fronteiras (Ştefan MUŞOIU); à soberania europeia (Markus TÖNS, Susana SUMELZO); à autonomia estratégica (Gaetan Van GOIDSENHOVEN, Senado belga; Satu HASSI, Parlamento finlandês; Sergio BATELLI; e Domagoj HAJDUKOVIC); aos valores europeus (Gaetan Van GOIDSENHOVEN; Ştefan MUŞOIU; Georgios KOUMOUTSAKOS; Aurelijus VERYGA; Norbert KLEINWÄCHTER, *Bundestag* alemão; Evangelos-Vasileios MEIMARAKIS; e Etilda GJONAJ do Parlamento albanês) e à importância, no contexto atual, da unidade da UE (Susana SUMELZO; Norbert KLEINWÄCHTER; Sergio BATELLI; e Etilda GJONAJ).

Os participantes mencionaram, ainda, a transição verde e digital (Ştefan MUŞOIU); os desafios da migração (Ştefan MUŞOIU; Sergio BATELLI); a Conferência sobre o futuro da Europa (CoFE) enquanto oportunidade para aproximar os líderes dos cidadãos; o instrumento inovador, *Next Generation EU* (Dario STEFANO, Senado italiano); a adesão da Roménia e da Croácia ao espaço Schengen e a adesão dos países do leste, em particular a Ucrânia à UE (Ştefan MUŞOIU, Domagoj HAJDUKOVIC, Etilda GJONAJ e Domagoj HAJDUKOVIC).

Destaca-se a intervenção da Senhora Deputada Isabel MEIRELLES (PSD), que no contexto da guerra na Ucrânia, apelou a uma maior definição e afirmação da soberania estratégica da Europa na área da defesa, complementar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nomeadamente através da operacionalização da UE da Defesa, com especial ênfase na aprovação da Bússola Estratégica, no desenvolvimento da indústria de defesa e numa abordagem marítima, do espaço e do ciberespaço. Citando o Presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que com a atual crise, a OTAN «saiu da morte cerebral» e que a Europa marcava, agora, um ponto de viragem global. Considerou a resposta dos líderes ocidentais «massiva e rápida», através de uma «avalanche de sanções», que se traduziram num bloqueio ao sistema financeiro dos oligarcas russos, unindo a Europa. Terminado, citou Jean Monnet — «a Europa será feita de crises e será a soma das soluções trazidas a estas crises» — e elogiou a Presidência francesa pelo trabalho desenvolvido.

No final do debate, o primeiro-ministro francês agradeceu as palavras de apoio à Presidência francesa, a união manifestada pelos Estados-Membros face à situação atual e expressou a solidariedade, em particular com aqueles que fazem fronteira com a Ucrânia e que, por isso, são também mais afetados pela chegada de refugiados. Recordou o sucesso da abordagem conjunta da crise sanitária e aludiu aos PRR como forma de atenuar as repercussões económicas e sociais da pandemia. Salientou a importância em avançar nas demais prioridades da Presidência francesa, nomeadamente a transição energética; as questões sociais, nomeadamente a diretiva sobre os salários mínimos; a regulamentação do mercado digital, com destaque para a luta contra a desinformação; e o tema da migração. Observou que a crise revelou que a maior força da UE eram os seus valores comuns — Estado de direito, multilateralismo e democracia — e, por isso, a UE deveria ser intransigente nestes valores, para poder viver livre e em paz.

SESSÃO II – Plano de Recuperação para a Europa e o Fim da Crise

Jean-François RAPIN abriu a sessão dando nota das questões em discussão: 1) as condições para a implementação dos PRR; 2) o risco de excesso de burocracia no controlo da implementação dos planos pela Comissão Europeia; e 3) o reembolso da dívida comum e os novos recursos próprios. Aludiu às reservas associadas à extensão dos sistemas de comércio de emissões, devendo evitar-se excessivas contribuições dos Estados-Membros, e que as decisões deverão estar em conformidade com o roteiro para a introdução de novos recursos próprios. Referiu-se ainda às consequências económicas da crise na Ucrânia, mas sublinhou a capacidade da UE para se reinventar, dando como exemplo o *Next Generation EU*, considerando necessário investir-se mais na resiliência das economias para fazer face aos desafios desta crise.

Othmar KARAS, Primeiro Vice-Presidente do PE, começou por referir que os PRR não poderiam ficar suspensos pela situação que se vive na Ucrânia, uma vez que representam uma resposta ao reforço da UE no mundo. Explicou que a UE precisa aumentar a cooperação e mudar a abordagem para investir num futuro comum. Aludiu aos valores europeus como a liberdade, os direitos humanos, a democracia parlamentar, o respeito pela convenção europeia dos direitos humanos, pela carta dos direitos fundamentais e à importância em defendê-los, enfrentando os desafios em conjunto. Referiu-se às sanções adotadas contra a Rússia, e à ativação, pela primeira vez, do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para financiar o armamento e defesa, defendendo que o reforço da Europa, a nível interno e externo, era uma questão de credibilidade. Neste contexto, observou que no último ano a UE importou 60

milhões de euros em gás e petróleo da Rússia um valor 10% superior ao que a Rússia gasta em defesa, o que significa que a UE acaba por financiar esta invasão. Recordou que o *Next Generation EU* e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) constituem o maior pacote de investimento de sempre, em resposta à pandemia, às alterações climáticas, e aos desafios da era digital. Por fim, explicou a importância de resultarem da Conferência sobre o Futuro da Europa projetos concretos, assegurando decisões democráticas legítimas, e aludiu à necessidade de novos recursos próprios, centrando as ações nos investimentos mais urgentes.

Ivan STEFANEC, Presidente da SME Europe (*Small and medium sized enterprises Europe*) informou que nos 2 últimos anos a situação económica europeia foi a mais preocupante desde a segunda guerra, originando sérias dificuldades financeiras para as PME. Assim, considerou fundamental facilitar o acesso das PME ao financiamento, eliminando o excesso de burocracia e de encargos administrativos. Mencionou o impacto das PME nos negócios europeus, na empregabilidade na União Europeia e no PIB europeu, e reforçou a importância dos PRR se focarem na transição digital e climática. Neste contexto referiu-se perspectivas de crescimento do setor digital na atividade económica global, defendendo a aposta nas competências digitais e a criação de um mercado único digital na UE. Aludiu também à recente adoção do ato dos serviços digitais e do ato dos mercados digitais, considerando-os cruciais para a uniformização de regras na Europa e para o estabelecimento de um modelo global. Deu ainda nota do plano de, até 2030, se melhorarem as competências e infraestruturas digitais das PME, para que 90% destas empresas consigam alcançar até essa data um nível básico de competências digitais. Em relação à transição climática referiu a dependência energética da UE, destacando a proposta apresentada ao PE de aumentar, até 2030, para 45% (em relação aos 40% delineados) a presença de energias renováveis, bem como o reforço da cooperação da UE para a aquisição e armazenamento de energia. Terminou declarando que a integração europeia trouxe estabilidade e paz à Europa e que se deve continuar a desenvolver este projeto.

Daniel GROS, Membro do Conselho CEPS (*Center for European Policy Studies*) aludiu à coragem do povo ucraniano, lembrando que a paz e a segurança dependem de um trabalho árduo e contínuo, e de escolhas difíceis. Considerou que as sanções económicas aplicadas à Rússia não teriam um impacto negativo muito acentuado na UE, uma vez que as exportações para a Rússia representavam apenas 5% das exportações totais, além disso a alteração do PIB europeu seria contrabalançada pelo aumento do orçamento militar de uma das maiores economias da UE — a Alemanha. Em relação ao aumento dos preços da energia defendeu que uma das soluções seria promover o mecanismo do preço bem como a imediata independência europeia do gás russo, tendo referido, também, a pertinência em encontrar alternativas para diminuir o consumo de energia. Deste modo, afirmou ser importante incentivar os cidadãos a poupar energia — adotando medidas para apoiar os grupos mais vulneráveis — e a optarem por alternativas mais sustentáveis. Destacou a relevância crescente da transição verde e digital, considerando que o reforço do setor digital iria contribuir para fortalecer a economia e a segurança europeia. Concordou com a necessidade de se limitar o excesso de burocracia, e lembrou a importância de se implementarem reformas estruturais, tal como previstas nos PRR, para robustecer a economia e trazer crescimento. Terminou defendendo que a prioridade era investir no fortalecimento da defesa, mas depois dever-se-ia reduzir a dívida, limitando as despesas ao mínimo de forma a reagir, no futuro, a outras crises.

No período de debate os participantes referiram-se ao NGEU (Dolors MONTSERRAT, Parlamento Europeu; Gunther KRICHBAUM, *Bundestag* alemão; Gaetan VAN GOIDSENHOVEN, Senado belga), à necessidade de se modernizarem as economias, tornando-as mais digitais (Dolors MONTSERRAT; Mehmet Sait KIRAZOĞLU, do Parlamento turco); de se fortalecerem os sistemas nacionais de saúde (Dolors MONTSERRAT; Christine THELLMANN, Câmara dos Deputados da Roménia); de mais investimentos na educação (Matas MALDEIKIS, Parlamento lituano; Margit SUTROP do Parlamento da Estónia) mas também em outros setores como nos transportes, investigação e inovação (Christine THELLMANN); estimular o mercado de trabalho (Matas MALDEIKIS; Dario STEFANO, Senado italiano); apostar na autonomia da produção agrícola (Domagoj HAJDUKOVI, Parlamento croata); e investir na resiliência (Gunther KRICHBAUM).

Em relação aos PRR Gunther KRICHBAUM aludiu à falta de projetos transfronteiriços, constituindo uma contradição à dimensão europeia que se pretende alcançar. Denitsa SIMEONOVA, Assembleia Nacional búlgara, elogiou a transparência no processo de avaliação e monitorização dos PRR; Rubén MORENO PALANQUES, Senado espanhol aludiu à importância de vigiar a implementação dos fundos e Gaetan VAN GOIDSENHOVEN referiu o excesso de burocracia. A autonomia estratégica foi outro dos temas abordados (Dolors MONTSERRAT; Gunther KRICHBAUM; Pere Joan PONS, Congresso dos Deputados espanhol) a par da crise energética e do consequente aumento dos preços da energia (Gunther KRICHBAUM; Ruairí Ó MURCHÚ, Parlamento irlandês; Lisa CHAMBERS, do Parlamento irlandês; e Alessandro GIGLIO VIGNA, Câmara dos Deputados italiana).

A respeito dos valores Joris BACKER, Senado dos Países Baixos, defendeu a importância do mecanismo da condicionalidade do Estado de direito e apelou à adoção da resolução proposta pela tróica sobre a invasão da Ucrânia; Pyyr NIEMI, Parlamento sueco, insistiu em ações concretas para apoiar refugiados.

Outros temas amplamente debatidos foram o investimento e a coordenação da defesa europeia (Dimitris KAIRIDIS, Parlamento grego; Margit SUTROP; Anca Dana DRAGU, Senado romeno); acelerar as transições verde e digital (Pere Joan PONS; Pyyr NIEMI; Dimitris KAIRIDIS; Matas MALDEIKIS; Dario STEFANO; Amel GACQUERRE, Senado francês; e Anca Dana DRAGU); questões de cibersegurança (Ruairí Ó MURCHÚ); e a coesão económica (Amel GACQUERRE). Para Pia KAUMA a solidez das finanças públicas é o único caminho para a resiliência e José Maria SÁNCHEZ, do congresso de Deputados espanhol, defendeu políticas económicas que combatam a dívida pública. Por fim, José Maria SÁNCHEZ e Margit SUTROP apelaram a reformas profundas nos setores chave da economia.

Interviu nesta sessão a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) que declarou que a guerra na Ucrânia era uma guerra contra a democracia e que as sanções contra a Rússia tinham sido legitimadas cidadãos europeus. Referiu que a UE estava no caminho certo relativamente ao MRR acrescido ao Quadro Financeiro Plurianual que permitirá olhar para o futuro e realizar as duplas transições verde e digital. Observou que os PRR estão alinhados com a agenda social europeia para defender e proteger os cidadãos europeus e a coesão territorial e social, e que os investimentos deles resultantes irão assegurar a prosperidade social e económica. Terminou declarando que uma Europa forte e social, é condição para o progresso, e que Portugal acredita que as PME são o grande motor da recuperação, e dependem de investimentos em setores estratégicos, de uma visão global e do fortalecimento da componente social.

Destaca-se também a intervenção do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que declarou que os povos da Europa precisam, tal como Portugal, de respostas que não encontram correspondência nas opções inscritas no Fundo de Recuperação e Resiliência e no PRR. Considerou que a recuperação e a «reindustrialização» da Europa não podem ser alcançadas através de uma ainda maior «desindustrialização» de países como Portugal — informando que Portugal passou a importar gasóleo, que há quem ganhe com isso e que isso não é liberdade. Argumentou que o investimento público deve ser reforçado sem que as condicionalidades económicas e políticas interferiram em decisões soberanas dos Estados, designadamente a nível das opções, programação e execução dos fundos. Observou que as verbas para a «Recuperação e Resiliência» estão muito longe de compensar o agudizar da submissão, desigualdade e dependência e que a ideia do PRR e deste Fundo como «boia de salvação» consistia numa ilusão. Acrescentou que a antecipação de receitas futuras conduzirá a perdas, e apenas se traduzirá em transferências diretas de milhares de milhões de euros para os grupos económicos, subsidiando com dinheiros públicos os seus lucros e dividendos (como referiu ter acontecido no negócio das vacinas COVID-19). Concluiu defendendo que a resposta tem de passar pela recusa de condicionalidades e imposições, devendo assentar numa política de coesão digna e no respeito pelas opções soberanas de desenvolvimento dos povos.

No final do debate, Sabine THILLAYE, agradeceu as intervenções dando nota que a UE perante esta nova crise deverá assumir responsabilidade e encontrar respostas urgentes, atendendo às atuais perdas humanas, o que ilustra a gravidade da situação, e como a dependência e interdependência da UE está em causa. Por fim, aludiu à questão da segurança alimentar e suas consequências, salientando que a Ucrânia e a Rússia produzem 30% dos cereais a nível mundial.

SESSÃO III – Alteração Climática e Transição Energética

Sabine THILLAYE abriu a sessão, declarando que a guerra na Ucrânia teria inevitavelmente um impacto nas discussões sobre o clima e a energia, recordando que o objetivo assumido pela UE de neutralidade climática até 2050 e da redução das emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030 exigiria um modelo económico diverso e mudanças nos hábitos dos consumidores. Referiu-se ainda à importância do Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras de Carbono na competitividade das empresas europeias e à necessidade de elevados investimentos públicos e privados nos setores da energia.

Werner HOYER, Presidente do *Banco Europeu de Investimento* (BEI), informou sobre os pacotes financeiros de apoio que estavam a ser preparados para auxiliar a Ucrânia, bem como os países da UE e seus vizinhos no acolhimento de refugiados. A longo prazo, declarou que a prioridade seria a aceleração dos investimentos na autonomia estratégica, energia verde e liderança tecnológica europeia. Notou que as sanções económicas aplicadas pela UE à Rússia haviam provado que as democracias podiam agir com rapidez, força e determinação, mas salientou a importância de a UE permanecer unida e determinada em enfrentar outros desafios, alegando a perda de competitividade da UE em muitos domínios, como o da energia. Considerou que a transição verde constituía uma solução, aumentando a independência da UE e salientou o papel que o BEI poderia desempenhar na coordenação de investimentos, incentivando o sector privado a canalizar fundos para os setores com mais impacto no quadro

das prioridades da UE, como a aliança europeia de baterias, os parques eólicos flutuantes, ou o hidrogénio verde. Recordou também os 5,5 mil milhões de euros investidos em empresas do setor da saúde e da ciência, destacando o papel do BEI no apoio à BioNTech, uma das empresas envolvidas no desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19. Destacou a interligação entre o clima, a inovação e o desenvolvimento e argumentou que a UE ficaria aquém dos seus objetivos climáticos se dependesse apenas das tecnologias existentes, se não envolvesse outros países, e se não investisse montantes consideráveis. Neste contexto, referiu vários sectores, tais como os semicondutores, onde o investimento foi aumentado para 48 mil milhões de euros até 2050, e a inteligência artificial, onde o investimento precisava de ser quadruplicado para fazer da Europa um líder neste domínio.

Pierre GATTAZ, Presidente da *Business Europe*, iniciou a sua intervenção condenando a invasão russa na Ucrânia em nome do *Business Europe* e expressando o seu apoio ao povo ucraniano e às sanções aplicadas pela UE e seus parceiros. Sublinhou que o debate nos próximos tempos se centraria nos desafios energéticos, como por exemplo, a independência energética, a segurança do gás, a aceleração das energias renováveis, o reforço do mercado europeu da energia. Explicou que a combinação da ambição climática e da transição energética, representavam uma oportunidade, em particular, para a indústria produzir as energias do futuro, tais como hidrogénio, baterias elétricas, e biocombustíveis. Deu nota que de acordo com um estudo, o mercado verde internacional poderá atingir entre 1000 e 2000 mil milhões de euros até 2030, e observou que o sucesso do Pacto ecológico europeu, iria depender de múltiplos fatores, incluindo a prosperidade das empresas. Terminou destacando três prioridades para alcançar os objetivos climáticos europeus: 1) combinar a transição verde e a competitividade industrial aliada à inovação; 2) tomar medidas no contexto energético global, incluindo medidas nacionais, a médio prazo para investir maciçamente em energias renováveis e em atividades de transição como o gás e o nuclear, e a longo prazo investir em tecnologias de ponta, por exemplo, armazenamento; e 3) reforçar a base industrial europeia, para viabilizar empresas inovadoras e competitivas.

Christian GOLLIER, Diretor-Geral da *Toulouse School of Economics* e professor do *Colégio da Europa* sublinhou que a UE e os seus cidadãos haviam compreendido as ameaças ligadas ao clima, mas muitos se recusavam os sacrifícios necessários a ultrapassar os desafios. Defendeu ser uma ilusão acreditar que a transição energética iria criar milhares de empregos e reduzir as despesas de eletricidade, considerando ser expectável que os preços do gás continuassem a aumentar nos próximos meses. Sublinhou o risco que determinadas «medidas verdes» representam para o poder de compra, e fez referência ao preço sobre o carbono e à implementação do Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras de Carbono. Aludiu também ao modo de distribuição das receitas fiscais, especialmente para as famílias mais pobres, como compensação pela perda do poder de compra. Concluiu recordando o colapso dos mercados e a queda significativa dos preços do carbono no Sistema de Comércio de Emissões da UE.

No período de debate foi amplamente abordada a autonomia energética da UE (entre outros, Nik PREBIL, Assembleia Nacional eslovena; Anton HOFREITER, *Bundestag* alemão; Domas GRIŠKEVIČIUS, *Seimas* lituano; e Christiana EROTOKRITOU, Parlamento cipriota). Antonio GÓMEZREINO, Cortes Gerais espanholas, apelou ao envolvimento das grandes empresas neste processo; Domas GRIŠKEVIČIUS, *Seimas* lituano, felicitou os investidores privados que recusaram a compra de petróleo à Rússia; Timo SUSLOV, Parlamento da Estónia, saudou a utilização das tecnologias do hidrogénio, apelando à cooperação com os cientistas e empresas; Christiana EROTOKRITOU reclamou o desenvolvimento de fontes de energia

saudáveis na UE, tais como os depósitos de gás líquido no Mediterrâneo Oriental, instando a UE a dar ao Chipre os meios para explorar essas reservas; e Ana-Maria CĂȚĂUȚĂ, Câmara dos Deputados romena, invocou a necessidade de assegurar que as populações da UE não sofressem de escassez energética. David SONGULASHVILI, Parlamento da Geórgia, recordou a posição estratégica da Geórgia no Mar Negro e Charles KINNOULL, Câmara dos Lordes do Reino Unido, salientou a urgência em acelerar a transição verde e reduzir a dependência do gás russo.

Ioan Sorin BUMB, Senado romeno, apelou a soluções viáveis em energia verde, incluindo a energia nuclear. No mesmo sentido L'udovít GOGA, Parlamento da Eslováquia, e Barbara MASINI, Senado italiano, observaram que o gás natural e a energia nuclear tinham de fazer parte do processo de transição. Em sentido diverso Bojan KEKEC, Conselho Nacional esloveno, levantou preocupações sobre as centrais nucleares enquanto potenciais alvos estratégicos. Anton HOFREITER, defendeu a importação de gás líquido, manifestando otimismo nas tecnologias modernas, acreditando que as energias renováveis se tornariam uma base acessível para a reindustrialização.

Nas suas intervenções, Domagoi HAJDUKOVIĆ, Parlamento croata; Ana-Maria CĂȚĂUȚĂ; Ruairí Ó MURCHÚ, Parlamento irlandês, e Satu HASSI, Parlamento finlandês, aludiram às temáticas das energias renováveis. Domagoi HAJDUKOVIĆ abordou a questão de adaptar a política agrícola comum à transição verde; Satu HASSI observou que a UE era pioneira mundial no desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis, e referiu-se ao último relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas da ONU sobre impactos, adaptação e vulnerabilidades associadas à crise climática e Ana-Maria CĂȚĂUȚĂ lembrou que 40% da eletricidade produzida na Roménia era proveniente de fontes renováveis.

O aumento dos preços da energia e o seu impacto para os cidadãos e empresas foi também muito debatido (nomeadamente, L'udovít GOGA e Barbara MASINI). Dolors MONTSERRAT, Parlamento Europeu, saudou a cooperação dos Estados-Membros na transição, combinando energias renováveis, gás e nuclear e encontrando formas de compensar as famílias (no mesmo sentido Ruairí Ó MURCHÚ); Didier MARIE, Senado francês, defendeu uma transição inclusiva, envolvendo os cidadãos; Gaëtan VAN GOIDSENHOVEN, Senado belga, expressou preocupações sobre o poder de compra; e Lucrezia Maria Benedetta MANTOVANI, Câmara dos Deputados italiana, apelou à salvaguarda do emprego em sectores afetados pelas políticas verdes.

Liliana TANGUY, Assembleia Nacional francesa, focou o Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras de Carbono, enquanto elemento-chave do pacote objetivo 55 e um instrumento central para a competitividade das empresas europeias e para encorajar a ambição de países terceiros neste domínio. Dimitris KAIRIDIS, Parlamento grego, concordou com a adoção de medidas em relação aos países terceiros e às importações de produtos feitos em desrespeito do ambiente e Nik PREBIL sublinhou a necessidade de outros atores internacionais seguirem o exemplo e desejou que a UE também se mantivesse unida na luta contra as alterações climáticas. Neste contexto Martin KINNUNEN, Parlamento sueco, expressou preocupações sobre algumas das propostas da Comissão, tais como o Fundo Social para o Clima e as propostas relativas ao uso da terra e à silvicultura. Mehmet Sait KIRAZOĞLU, Parlamento turco, e Bjarni JÓNSSON, Parlamento da Islândia, confirmaram o compromisso dos seus países com os objetivos do Acordo de Paris e Charles KINNOULL, saudou o Pacto Climático de Glasgow.

Destaca-se a intervenção do Senhor Deputado Paulo MONIZ (PSD) que abordou a independência e a autonomia energética na perspetiva das regiões arquipelágicas ultraperiféricas da Europa, considerando-as também «ilhas» do ponto de vista dos seus sistemas elétricos, por não beneficiarem da transmissão transeuropeia da interligação de redes. Explicou que nestas regiões a intermitência e a volatilidade de produção de energias renováveis assume um particular desafio tecnológico e da engenharia para alcançar a autonomia e independência energética. Observou que o PRR foi pensado num momento em que a pressão que a invasão da Ucrânia agora impõe, não existia, significando que os elevados investimentos que terão de ser realizados nestas regiões, provavelmente deverão ser conseguidos à custa de um reforço das verbas que não estavam previstas no primeiro planeamento do PRR. Terminou concluindo que o desafio da autonomia energética que se coloca a todos os Estados-Membros é um desafio acrescido nas ilhas, que são também Europa e parte integrante destes projetos.

Interveio também nesta sessão o Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) que deu nota que Portugal havia adotado formalmente o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2050, através de uma redução de emissões superior a 85%, antecipando o fim da produção de eletricidade a partir de carvão já em 2021. Considerou fundamental a ambição da Europa na defesa das medidas e metas de combate às alterações climáticas, bem como o empenho na transição energética. Neste contexto, defendeu, que a transição energética deveria ser aproveitada para aumentar a autonomia energética europeia diversificando as fontes de energia e que os países da costa ocidental da Europa poderiam dar um importante contributo nesse caminho. Argumentou que o investimento no Porto de Sines iria viabilizar um importante porto oceânico de acostagem, para inserir no sistema europeu transfronteiriço de distribuição de gás natural liquefeito, uma capacidade de armazenagem de mais de 3 mil e noventa metros cúbicos. Observou ser necessário rever a capacidade de passagem em gasoduto entre a Península Ibérica e a França para que o gás natural chegue à Europa central, e concluiu, lançando o desafio de revisão e formulação da política energética à Presidência francesa, a quem elogiou a condução dos trabalhos em tempos de incerteza e de reações a fortes ameaças à liberdade e democracia.

Nas suas observações finais, Christian GOLLIER aplaudiu o apoio favorável do plenário da COSAC à transição verde e aludiu ao Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras de Carbono enquanto uma estratégia para reduzir os custos para cidadãos e empresas. Assinalou a importância da segurança energética da UE, observando que, embora os economistas tenham vindo a defender a liberdade dos mercados, a independência e a segurança energética, mostravam-se cada vez mais importantes, no combate às alterações climáticas e na proteção do poder de compra das famílias.

SESSÃO IV – Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE)

Jean-François RAPIN introduziu a sessão recordando que o objetivo da CoFE era ouvir os cidadãos europeus, salientando que também os Parlamentos nacionais, enquanto seus representantes, deveriam estar envolvidos em todo o processo.

Úrsula VON DER LEYEN, Presidente da Comissão Europeia, através de uma mensagem de vídeo, referiu-se aos atuais desenvolvimentos na Ucrânia, à resposta da UE à crise e à importância de ouvir os cidadãos europeus. Considerou a Conferência uma experiência sem precedentes na democracia europeia, provando ser uma forma eficiente de ligação da UE aos seus cidadãos. Deu nota que os cidadãos haviam manifestado os seus pontos de vista sobre diversos tópicos e que as suas recomendações seriam agora discutidas pelo plenário da Conferência, onde os Parlamentos nacionais também têm uma voz, cabendo às instituições europeias dar seguimento às propostas da Conferência e a aprender com elas.

Guy VERHOFSTADT, membro do PE e copresidente do Conselho Executivo da CoFE, começou por apelar a uma maior unidade europeia e um maior apoio ao povo ucraniano, com medidas mais fortes contra o regime russo. Declarou que a CoFE deveria reagir, apresentando conclusões concretas e ambiciosas, cujo resultado se traduzisse num ato político forte, nomeadamente uma Convenção ou um Congresso para discutir o projeto europeu, com base nas recomendações da Conferência. Salientou que, até aquela data, os cidadãos haviam apresentado 178 recomendações em quatro painéis de discussão, destacando nomeadamente: a criação de forças armadas conjuntas da UE; o fim da unanimidade em determinadas áreas políticas; a criação da união da energia e da saúde; uma melhor compreensão das atribuições das instituições da UE; um papel mais forte dos Parlamentos nacionais; a introdução de listas eleitorais transnacionais; uma política de migração mais eficiente; e um mecanismo permanente para a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão europeu. Sublinhou que as recomendações dos cidadãos deveriam ser consideradas para resolver as atuais fraquezas da UE, transformando-a num verdadeiro ator global e que o PE e os Parlamentos nacionais deveriam atuar como força motriz deste processo.

Dubravka ŠUICA, Vice-Presidente da Comissão Europeia para a Democracia e Demografia e também copresidente do Conselho Executivo da CoFE, apoiou as palavras dos oradores anteriores sobre a Ucrânia e confirmou a pertinência da Conferência sobre o futuro coletivo da UE. Sublinhou que a Conferência era uma celebração dos valores europeus baseada num intercâmbio além-fronteiras, línguas, diferentes culturas e histórias, com vista a uma maior aproximação da UE aos cidadãos que reflete melhor as suas ideias e necessidades. Garantiu que a Comissão se iria certificar que a voz dos cidadãos seria incluída nas deliberações finais, salientando que a CoFE não visava substituir a democracia representativa, mas sim reforçá-la e que as suas conclusões deveriam ser tidas em consideração e traduzir-se em ações rápidas. Para sublinhar a sua importância salientou a ideia de uma validação posterior das deliberações plenárias pelos embaixadores dos cidadãos.

No período de debate a maioria dos intervenientes condenaram a invasão, manifestaram o seu apoio à Ucrânia e defenderam uma abordagem mais severa em relação à Rússia (incluindo Constance LE GRIP, Assembleia Nacional francesa; Margit SUTROP, Parlamento da Estónia; e Constantinos EFSTATHIOU, Parlamento cipriota), nomeadamente, o confisco de reservas monetárias e de bens estrangeiros (Gunther KRICHBAUM, *Bundestag* alemão). Peter KMEC, Parlamento da Eslováquia, e Jouni OVASKA, Parlamento finlandês, entre outros, saudaram os esforços da Presidência francesa a este respeito.

Seán HAUGHEY, Parlamento irlandês, apelou ao progresso na área da defesa, em particular, a adoção da Bússola Estratégica e do Mecanismo de Apoio à Paz Europeu e Ettore Anton LICHERI, Senado italiano, apoiou a ideia de um Exército europeu.

Vários oradores apoiaram o pedido de adesão da Ucrânia à UE (entre outros, Peter KMEC; Kristian VIGENIN, Parlamento búlgaro; Seán HAUGHEY; e Domagoj HAJDUKOVIĆ, Parlamento croata), mas concordaram que as mesmas condições deveriam aplicar-se também à Geórgia e à Moldávia. Os representantes do Parlamento croata (Davor Ivo STIER, Domagoj HAJDUKOVIĆ e Bojan GLAVASEVIĆ) recordaram os longos anos de esforços dos países dos Balcãs Ocidentais, pedindo que a UE reexaminasse e acelerasse a política de alargamento da UE, ideia apoiada também por Peter KMEC e Seán HAUGHEY. Kreshnik ÇOLLAKU, Parlamento albanês, advertiu para o aumento dos movimentos anti-europeus na região e, no mesmo sentido, Helmut BRANDSTÄTTER, *Nationalrat* austríaco, alertou para a ascensão de nacionalismos. Ettore Anton LICHERI e Maka BOTCHORISHVILI, Parlamento da Geórgia apelaram a um maior apoio de todos ao alargamento.

Muitos parlamentares salientaram que os desafios tinham mudado fundamentalmente nos últimos tempos, nomeadamente com a situação da Ucrânia (como David SMOLJAK, Senado checo) e, assim, a UE deveria concentrar-se em questões, tais como a resiliência, a energia, a independência industrial e alimentar, a autonomia estratégica, a segurança interna, o sistema eficiente e justo de migração e asilo, e a coerência e estabilidade na área da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), ideia apoiada, entre outros, por Sergio BATTELLI, Câmara dos Deputados italiana; Georgios KOUMOUTSAKOS, Parlamento grego; e Ioannis BOURNOUS, Parlamento grego; Kristian VIGENIN; e Marina NIKOLAOU, Parlamento cipriota. Relativamente à PESC da UE, Peter KMEC defendeu a votação por maioria qualificada alegando ser mais eficiente.

Muitos oradores concordaram que a Conferência deveria chegar a conclusões equilibradas e ambiciosas, e a uma avaliação cuidadosa e regular das ações empreendidas pelas instituições da UE (nomeadamente Othmar KARAS, Parlamento Europeu, e Thomas HACKER, *Bundestag* alemão) salientando, também, a importância da transparência de todo o processo (Roelien KAMMINGA, Parlamento holandês). Alguns oradores consideraram que a CoFE deveria traduzir-se numa reformulação do projeto europeu, a fim de corresponder melhor aos desafios atuais (Sergio BATTELLI); outros que a abordagem deveria ser mais pragmática e centrada nos progressos a realizar nas várias áreas políticas, e não nos aspetos institucionais (Angel TÍLVĀR, Senado romeno).

Anti POOLAMETS, Riigikogu da Estónia, opôs-se à alteração dos Tratados, solicitou um maior respeito pelo princípio da subsidiariedade e pela soberania de cada Estado-Membro; Nacho SÁNCHEZ, Parlamento Europeu, defendeu que a UE deveria abandonar o mecanismo de alerta precoce e concentrar-se em atividades com impacto real, incluindo o diálogo político. Reinhold LOPATKA, *Nationalrat* austríaco, observou que o diálogo com os cidadãos, especialmente com os jovens, deveria continuar, defendeu um mecanismo permanente de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão europeu, bem como um papel de maior destaque para os Parlamentos nacionais, incluindo o mecanismo do «cartão verde» e saudou a criação do grupo de trabalho da COSAC dedicado a este tema. Kim VALENTIN, Parlamento dinamarquês, defendeu que o envolvimento dos Parlamentos nacionais não se deve limitar ao escrutínio das propostas da Comissão Europeia, sugerindo o seu envolvimento ativo, na fase preparatória, sob a forma de consultas preliminares e que as suas posições poderiam constar da exposição de motivos da proposta. Mariona ILLAMOLA, Cortes Gerais espanholas, expressou algum desagrado pelo facto de os Parlamentos regionais não terem

sido envolvidos. Críticas semelhantes foram feitas por Sibel OZOEMIR, Parlamento turco, que não ficou satisfeita com a exclusão dos países candidatos neste exercício, ou por Simonida KOROIC, Parlamento do Montenegro, que manifestou descontentamento com o afastamento dos países dos Balcãs Ocidentais.

Finalmente, alguns intervenientes, (incluindo Igors PIMENOV, Parlamento da Letónia; Jessika ROSWALL, Parlamento sueco; Roelien KAMMINGA, Parlamento dos Países Baixos) manifestaram preocupação com o processo de elaboração do relatório final da Conferência, bem como com os prazos reduzidos para a entrega dos resultados. Igor PIMENOV defendeu que a Conferência deveria continuar para além do dia 9 de maio de 2022.

Interveio nesta sessão o Senhor Deputado Luís Capoulas Santos (PS) que referiu que num espaço de tempo muito reduzido e no difícil contexto da pandemia, que ainda subsiste, a CoFE, avançou mais do que, provavelmente, seria esperado aquando do seu lançamento a 9 de maio de 2021, ainda sob a Presidência portuguesa do Conselho. Destacou as experiências inovadoras dos painéis dos cidadãos e dos grupos de trabalho e informou do balanço positivo das iniciativas realizadas em Portugal, em colaboração com o Governo, o PE, a Comissão Europeia, e organizações da sociedade civil e que contaram com elevada participação de jovens. Aludiu à necessidade de transformar as principais propostas aprovadas em realizações concretas e defendeu que os terríveis acontecimentos que se vivem deverão constituir um incentivo adicional para uma maior ambição numa Europa mais coesa internamente e forte externamente. Apoiou o que, sobre este assunto foi manifestado por Guy VERHOFSTADT e afirmou que o Parlamento português, assim que retomasse a sua atividade normal, no próximo mês de abril, continuará empenhado no sucesso deste projeto tão importante para o futuro da Europa que se deseja.

A título de notas finais Guy VERHOFSTADT agradeceu o apoio e reiterou o seu empenho na entrega de resultados, salientando, neste contexto, a necessidade de uma boa cooperação entre os Parlamentos nacionais e o PE. Informou sobre a preparação de uma posição conjunta a ser confirmada por ambas as partes (Parlamentos nacionais e PE) a 24 de março de 2022, e transmitida a todos os membros do plenário da Conferência. Relativamente aos países dos Balcãs Ocidentais, assegurou que os copresidentes se esforçaram, desde o início, pelo seu envolvimento e que os esforços iriam prosseguir, nesse sentido, no âmbito das discussões sobre a sua adesão à UE.

Dubravka ŠUICA agradeceu todas as contribuições e salientou que o trabalho das instituições da UE não terminaria a 9 de maio de 2022, uma vez que a Comissão, dispunha, até ao final do seu mandato, para implementar as deliberações da Conferência, de forma a não se decepcionar os cidadãos.

SESSÃO V – Relatórios de Progresso dos Grupos de Trabalho (GT)

Sabine THILLAYE informou sobre os progressos dos dois GT criados — o GT sobre o papel dos Parlamentos nacionais e o GT sobre os valores europeus, dando nota que até aquele momento tinham sido realizadas duas reuniões em cada um dos GT (a primeira dedicada a um debate geral entre os membros e a segunda com a audição de peritos). Anunciou que cada GT deveria reunir mais quatro/seis vezes, e que a última reunião teria lugar,

presencialmente em Paris no dia 14 de junho de 2022. Por fim, apresentou as atividades do GT sobre os valores europeus.

Jean-François RAPIN, aludiu ao importante papel da COSAC no seio da UE, considerando que os GT vinham reforçar as relações entre os parlamentares. Sublinhou que o GT sobre o papel dos Parlamentos nacionais se tinha centrado na criação de uma Europa mais democrática e na promoção da legitimidade dos Parlamentos nacionais. Destacou algumas prioridades baseadas nas discussões iniciais no GT: 1) um melhor controlo das políticas europeias pelos Parlamentos nacionais; 2) uma maior eficácia na cooperação interparlamentar; 3) debates mais profícuos e um trabalho mais estreito dos Parlamentos nacionais com a Comissão Europeia. Defendeu a necessidade de uma evolução no controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade, alegando que em quase 15 anos apenas três cartões amarelos tinham sido adotados. Saudou a ideia de implementar um direito de iniciativa para os Parlamentos nacionais e declarou que a CoFE representava uma grande oportunidade para abordar a questão. Deu nota da contribuição enviada aos membros do GT sobre este assunto, observando que o mecanismo se deveria basear no modelo do direito de iniciativa indireta do PE, a poder ser desencadeado, por exemplo, por 25% dos votos dos Parlamentos nacionais ou 25% da população da UE, estando esta última condição associada a um número mínimo de Estados-Membros. Salientou que este GT se deveria centrar no controlo das instituições da UE defendendo que os Parlamentos nacionais — e coletivamente a COSAC — deveriam poder dirigir perguntas escritas à Comissão Europeia.

SESSÃO VI – Debate sobre a Ucrânia

Sabine THILLAYE saudou a condenação da guerra na Ucrânia por todos os Estados-Membros da UE, apelou ao apoio contínuo para defender a sua soberania e integridade territorial, e aludiu à rápida resposta institucional da UE à crise, em coordenação com os seus aliados e parceiros. Considerou a implementação de sanções e a proteção dos refugiados os principais desafios no futuro, declarando que a agressão russa exigiria uma nova estratégia, referindo, a este respeito, a Bússola Estratégica, a ser discutida no Conselho Europeu no dia 24 de março de 2022. Por fim, sublinhou a importância do envolvimento dos Parlamentos nacionais na tomada de decisões sobre a gestão desta crise e agradeceu a assinatura da Declaração de apoio à Ucrânia, proposta pela tróica.

No período do debate os parlamentares condenaram a invasão da Ucrânia e apoiaram a unidade da resposta da UE com a imposição de sanções à Rússia e à Bielorrússia (nomeadamente, Reinhold LOPATKA, *Nationalrat* austríaco e Seán HAUGHEY, Parlamento irlandês, apesar da neutralidade militar dos seus países). Benedikt WÜRTH, Assembleia Federal da Suíça, aludiu às medidas restritivas adotadas pela Suíça em coordenação com a UE e, no mesmo sentido, Charles KINNOUL, Câmara dos Lordes do Reino Unido, saudou a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido na reunião extraordinária do Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE, realizada a 5 de março. Christiana EROTKRITOU, Parlamento cipriota, defendeu uma resposta decisiva da UE à agressão russa. Dimitris KAIRIDIS, Parlamento grego, questionou a posição da Turquia relativamente à invasão russa, à qual Arzu ERDEM, Parlamento turco, respondeu que a Turquia permanece do lado da paz e segurança internacionais.

Sergio BATELLI, Câmara dos Deputados italiana; Ondřej BENEŠÍK, Parlamento checo, e Davor STIER, Parlamento croata, defenderam uma maior cooperação com os EUA e o Reino Unido. Dario STEFANO, Senado italiano, invocou os esforços diplomáticos contínuos para

uma solução pacífica e Johannes KOSKINEN, Parlamento finlandês apelou a uma condenação mais ampla da agressão russa a nível da ONU.

Ruairí Ó MURCHU, Parlamento irlandês, elogiou a bravura dos ucranianos e apelou à ajuda e proteção a todos os afetados pela guerra. Othmar KARAS, Parlamento Europeu, agradeceu às sociedades civis a ajuda aos refugiados ucranianos e Vladimíra MARCINKOVÁ, Parlamento da Eslováquia, mencionou a legislação recentemente aprovada na Eslováquia sobre proteção temporária dos ucranianos, que lhes permite trabalhar, estudar e receber seguro de saúde. Angel TÎLVĂR, Senado romeno, e Vladimíra MARCINKOVÁ manifestaram preocupações com a situação nas suas fronteiras com a Ucrânia e asseguraram que os seus países estavam a fazer os possíveis para ajudar os refugiados ucranianos, apelando a uma solução comum da UE para prestar ajuda humanitária de forma mais rápida e eficiente (no mesmo sentido, Sergio BATELLI).

A perspetiva da adesão da Ucrânia à UE foi igualmente abordada (nomeadamente Domagoj HAJDUKOVIĆ, Parlamento croata; Igors PIMENOV, Parlamento da Letónia, Riina SIKKUT, Parlamento da Estónia; Denitsa SIMEONOVA, Parlamento búlgaro; e Angel TÎLVĂR) lembrando que a UE não deve esquecer, neste contexto, os Balcãs Ocidentais (Ondřej BENEŠÍK; Fridon LALA, Parlamento do Kosovo).

Foram também apresentadas propostas para uma maior autonomia estratégica e uma cooperação reforçada em matéria de segurança e defesa. Dario STEFANO e Angel TÎLVĂR saudaram a criação do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz; Seán HAUGHEY, Parlamento irlandês, expressou a necessidade de finalizar a Bússola Estratégica e Nacho SÁNCHEZ AMOR, Parlamento Europeu, salientou a necessidade de reforçar as capacidades conjuntas de serviços de inteligência da UE. Johannes KOSKINEN declarou que a Finlândia estava a analisar as perspetivas de uma futura adesão à OTAN. Anton HOFREITER, *Bundestag* alemão, aludiu aos desafios da autonomia estratégica no sector da energia e Riina SIKKUT concordou que a independência energética deveria estar no topo das prioridades da UE.

O Senhor Deputado Luís CAPOULAS SANTOS (PS) interveio nesta sessão, em nome da delegação, juntando a voz do Parlamento português à de todos aqueles que repudiam e condenam a agressão da Rússia à Ucrânia. Saudou a unidade e a pronta resposta da UE, ainda que a considere insuficiente, assim como a boa articulação com os principais aliados no plano internacional. Declarou a «agressão monstruosa» e violadora de todos os princípios morais e de todas as regras de direito internacional, considerando não existirem palavras que traduzam a revolta e a indignação que provoca. Afirmou não se poder regressar a um tempo da história recente que se julgou jamais se repetir e, sobretudo, insistiu não se poder permitir que a morte, a destruição e a barbárie se banalizem e regressem ao continente europeu, pondo em causa um modelo social que levou 80 anos a construir e que é o mais respeitador dos direitos humanos. Reiterou que o parlamento e as autoridades portuguesas estão empenhados em colaborar em todas as frentes por forma a que um cessar-fogo imediato se concretize e se inicie um processo negocial para uma solução pacífica e duradoura para o conflito. Por fim, disse apoiar e subscrever, sem reservas, o projeto de declaração apresentado, pela tróica da COSAC.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Sabine THILLAYE aludiu à relevância dos debates realizados; às iniciativas que podem ser implementadas para recolher informações e melhores práticas sobre a forma como os Parlamentos têm lidado com a atual crise internacional. Mencionou também alguns dados no domínio da defesa, nomeadamente o facto de a UE ter mais soldados que os EUA, mas uma força de ataque sete vezes superior à europeia e apoiou a interoperabilidade das forças armadas em toda a UE. No que diz respeito ao apoio aos refugiados da Ucrânia, propôs que cada Parlamento/Câmara identificasse as necessidades nacionais, sugerindo que o Secretariado da COSAC recolhesse essa informação e a disponibilizasse.

Terminada a sessão ambos os Presidentes agradeceram aos intervenientes as discussões, e ao Secretariado da COSAC e a todos os envolvidos no apoio à organização da reunião.

Notas Finais

Além dos documentos referenciados, toda a documentação referente à reunião da COSAC, bem como a gravação vídeo da conferência, podem ser encontrados em:

[IPEX](#)

parlue2022.fr

Assembleia da República, 19 de abril de 2022.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus²,



(Luís Capoulas Santos)

² A presente reunião interparlamentar teve lugar no decorrer da 3.ª sessão legislativa da XIV Legislatura, sendo a Comissão de Assuntos Europeus presidida pelo Deputado Luís Capoulas Santos.